

# CIVILIZAÇÃO, *HABITUS* E PODER NAS INTER-RELAÇÕES EM CONTEXTOS ESCOLARES INCLUSIVOS: FUNDAMENTAÇÕES ELISIANAS

Mariza Carvalho Nascimento Ziviani<sup>1</sup>

SandrinaWandel Rei de Moraes<sup>2</sup>

## RESUMO

Atualmente é cada vez mais recorrente discussões e implementações de ações voltadas aos processos sociais inclusivos. Esse movimento vem provocando o alargamento e a consolidação de políticas públicas em torno da perspectiva da educação inclusiva na sociedade. O acesso das populações a conhecimentos mais amplos relativos a educabilidade dos sujeitos com deficiência redimensiona o equilíbrio de poder nas figurações sociais. A constituição de classes que contam com o trabalho colaborativo do professor auxiliarevidencia esses aspectos. Assim, este artigo objetiva refletir sobre alguns aspectos das inter-relações estabelecidas em contextos de escolarização de estudantes com deficiência intelectual, considerando a atuação do professor auxiliar. O nosso caminho metodológico perpassa pela pesquisa de natureza qualitativa, e nos baseamos na pesquisa-ação colaborativo-crítica. Como instrumentos de coleta de dados, utiliza-se de momentos de observação, entrevistas semiestruturadas, estudos de documentos e censo escolar, e atuação colaborativa em práticas pedagógicas. Toma-se como referência os pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada no conjunto das obras de Norbert Elias. Dessas elaborações elisianasconsidera-se bastante promissoras tomar os conceitos e noções de poder, *habitus* e civilização para a discussão de como ocorrem as inter-relações nos espaços constituídos como inclusivos. Acredita-se que implementações de práticas educacionais, como a de colaboração do professor auxiliar, pode repercutir positivamente na consecução de práticas pedagógicas e contribuir no processo de constituição de saberes docentes mais qualificados às demandas da escolarização de estudantes com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Inter-relações. Poder. *Habitus*. Civilização. Deficiênciaintelectual.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação na Linha de pesquisa Diversidade e práticas Educacionais Inclusivas na Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: [Mariza.cnz@gmail.com](mailto:Mariza.cnz@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação na Linha de pesquisa Educação e Linguagens na Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: [sandrinawm@hotmail.com](mailto:sandrinawm@hotmail.com)

## **CIVILIZATION, HABITUS AND POWER IN INTERRELATIONS IN INCLUSIVE SCHOOL SETTINGS: RATIONALES ELISIANAS**

### **ABSTRACT**

Discussions and action implementations turned to inclusive social processes have been even more recurrent currently. This movement has caused the expansion and consolidation of public policies around the perspective of inclusive education in society. The access of the population to wider knowledge related to educability of disabled people resizes the balance of power in social figurations. The establishment of classes that count on the collaborative work of assistant professor, highlights these aspects. Thus, this article aims to reflect on some aspects of interrelations established in contexts of schooling of students with intellectual disabilities, considering the performance of assistant professor. Our methodological approach used the qualitative research, and we base on the collaborative-critical action research (JESUS (2008)). As data collection instruments, moments of observation, semi-structured interviews, document studies and school census, and collaborative activities in pedagogical practices were used. It's taken, as reference, the assumptions of sociology figurational drawn up in all the works of Norbert Elias. From these elisianas elaborations, it's considered quite promising to take the concepts and notions of power, *habitus* and civilization to the discussion of how the interrelationships take place in the spaces constituted as inclusive. It is believed that implementations of educational practices, as the collaboration of assistant teacher, can impact positively on the achievement of pedagogical practices and contribute to the process of constitution of more qualified teachers to the demands of schooling of students with intellectual disabilities.

**Keywords:** interrelationships, power, *habitus*, civilization, intellectual disabilities.

### **1 ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO**

A questão da inclusão de pessoas com deficiência na escola e na sociedade vem sendo discutida há pelo menos duas décadas. Na constituição brasileira de 1988, há referência quanto ao atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência” referencialmente na rede regular de ensino, no inciso III do art. 208. E assim posteriormente, muitas leis, decretos e programas foram assinados numa perspectiva de política nacional para a pessoa com deficiência. Esta legislação fundamenta os papéis da escola para a inserção inclusiva.

Segundo Santos (2007), a exclusão social é um fenômeno social e cultural. Os indivíduos que não se enquadram no padrão necessitam ser descartados, e ser descartável é ser excluído, é não existir. O autor também aponta que a maneira que se coloca a ciência no pensamento moderno, como superior e disciplinadora dos demais saberes, deva ser combatida para que sejam potencializados movimentos em favor da emancipação social.

A desigualdade implica um sistema hierárquico, de integração social. Quem está embaixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está embaixo está fora (SANTOS, 1999, p.280).

Santos (1999) propõe para superar a desigualdade e a exclusão, o caminho que é de direito de todos, o acesso aos bens culturais, econômicos e sociais produzidos no fluxo histórico da humanidade, bem como a visibilidade e garantia das experiências e conhecimentos dos grupos excluídos.

A proposta de inclusão democratiza o ensino e pressupõe transformações no contexto educacional, como a mudança na cultura da escolarização, repensando idéias, atitudes e as relações sociais nos contextos políticos, administrativos e pedagógicos.

Segundo Aranha (2004, p. 6-7.),

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição acesso social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional. Escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde com qualidade pedagógica.

A escola inclusiva busca verificar constantemente o crescimento global do aluno, atentando para uma prática que considere a personalidade e, necessidades básicas de cada indivíduo pois, como Perrenoud (2001) nos alerta, o sentido de uma atividade ou de uma situação varia  
Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

de um sujeito para outro, segundo sua personalidade, suas aspirações, seus interesses, seu capital cultural, para que cada um encontre nelas um sentido e a oportunidade de aprendizagens significativas.

Com o alargamento e consolidação de políticas públicas em torno da perspectiva da educação inclusiva, emerge novas *regras e costumes* que redimensionam o *equilíbrio de poder* nas *configurações sociais*. Nesse processo, Estados e municípios se organizam de maneira a atender as demandas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Focalizando as políticas implementadas no município de São Mateus, estado do Espírito Santo, Brasil, buscamos analisar alguns aspectos das inter-relações estabelecidas nos espaços inclusivos escolares entre os professores de ensino comum e o auxiliar em um contexto de escolarização de estudantes em situação de deficiência intelectual. Nessa tentativa, referenciamos-nos em alguns pressupostos e conceitos desenvolvidos por Norbert Elias. Entre esses conceitos destacamos a noção de processo civilizador, equilíbrio de poder, figurações sociais e *habitus*.

O nosso caminho metodológico perpassa pela pesquisa de natureza qualitativa, e nos baseamos na pesquisa-ação colaborativo-crítica (JESUS, 2008) por compreendermos que, por meio dela, poderão emergir formas e sentidos de delinear novas relações e práticas nas implementações de políticas inclusivas, como a política em questão e o trabalho colaborativo do professor especialista em Educação Especial.

Segundo Jesus, Vieira e Effgen (2014, p. 779),

[...] podemos definir a pesquisa-ação por meio de quatro bases de sustentação: primeiro, o fundamento de qualquer pesquisa científica – a compreensão crítica da realidade social; segundo, a idéia de que essa realidade, além de ser compreendida, pode ser alterada. Para tanto, é preciso apostar em ações coletivas que promovam rupturas e novas possibilidades de ação; terceiro, para falarmos em rupturas, precisamos trabalhar de forma colaborativa; por último, que esse processo demanda constante reflexão crítica sobre o vivido, um elemento importantíssimo para a produção de novos conhecimentos.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

Em nossos estudos, observamos que as inter-relações humanas partem e envolvem regras e assim vão se organizando e conduzindo fluxos de determinados contextos e figurações. Nesses fluxos, emergem tensões e conflitos e/ou também novas regras e ressignificações de práticas. Estabelecer e compreender o desencadear desses processos podem influenciar no surgimento de ações que propiciem a garantia dos direitos sociais da pessoa com deficiência.

## **2 O MOVIMENTO DA CIVILIZAÇÃO, PODER E HABITUS NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO**

Elias (2011) desenvolveu em dois volumes a teoria do processo civilizador. O autor aborda as mudanças das regras sociais, focalizando a transformação do comportamento à mesa na sociedade francesa. Também se dedica em compreender essas mudanças e os processos de individualização, a formação do Estado Moderno. Elias tratou dos padrões mutáveis de interdependência relativa às relações de poder entre os indivíduos na sociedade moderna.

Para Elias (2011), há comportamentos típicos e característicos que traduzem o homem civilizado. Em Elias, o processo de civilização é constituído por uma dinâmica que se refere às alterações nas relações de poder alterando as interdependências. Assim, o autor desenvolve a teoria do processo civilizador utilizando-se de alguns termos como figuração, interdependência e equilíbrio de poder. Vejamos como essas noções aparecem.

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa Michaelis (2008), o termo civilização pode ser definido da seguinte maneira: “(civilizar+ção) 1. Estado de adiantamento e cultura social. 2. Ato de civilizar. 3. (Sociologia) Acumulação e aumento de habilidades manuais e de conhecimentos intelectuais e a aplicação deles. 4. (Antropologia. e Arqueologia.) Ver cultura, acepção 10.” Já o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2009) define civilização como: 1. O conjunto dos aspectos da vida material e cultural de um grupo social em qualquer estágio de seu desenvolvimento. 2. Essas características no mais alto grau de sua evolução, espera o progresso alcançado no mundo contemporâneo. 3. A cultura (2) própria de um povo, de uma coletividade, numa determinada época.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

Para Elias, “[...] o conceito de civilização expressa uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais de auto-regulação [...]” (ELIAS, 1993, p. 53 apud LIMA, 2009). Trata-se, essencialmente, de um processo de longa duração histórica que caminha “[...] rumo a uma direção muito específica [...]” (ELIAS, 1993, p. 193 apud LIMA, 2009) Assim, em Elias (2011, p. 194), a processualidade civilizatória não ocorre de forma linear e evolutiva, mas de modo contínuo, com impulsos e contra-impulsos alternados conforme o equilíbrio das tensões vividas nas figurações sociais. E que nas figurações sociais, “[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas, constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil [...]”.

Organizamos nossa investigação em dois momentos. No primeiro momento, desenvolvemos um estudo exploratório que objetivou compreender aspectos do fluxo de matrícula de estudantes com deficiência no sistema municipal de São Mateus/ES. Nesse primeiro momento, também buscamos conhecer a política de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, implementada em âmbito municipal. Para isso, realizamos estudos de documentos e análise do censo escolar.

No segundo momento, tomamos como espaço empírico de investigação, uma escola pública do município de São Mateus que, nos últimos três anos, apresentou o maior número de matrícula de alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que, no ano de 2015, contou com a colaboração do professor especialista, conforme a política municipal. Nesse momento, atuamos em contexto e utilizamos entrevistas semiestruturadas e observação. Em contato com os profissionais de ensino da escola identificada, definimos uma sala de aula específica, onde atuamos, vivenciando aspectos do processo inclusivo. Atuamos no sentido de colaborar na produção de saberes docentes que respondam às necessidades educativas dos estudantes da turma e, particularmente, dos estudantes com deficiência intelectual. Com imersão nesse cotidiano, participamos de reuniões, planejamentos, estudos, bem como contribuímos na produção de recursos qualificados para atender as demandas de estudantes com deficiência intelectual.

Considerando a temática, compreendemos que o entrelaçamento dos indivíduos constitui uma nova dinâmica do ensinar e aprender na escola. Essas inter-relações entre o professor do ensino comum e o professor especialista exigem um caminho de construção e reconstrução de planos e ações, que aos poucos poderá se formatar e constituir uma mudança de perspectiva de atuação no campo da educação, em específico na educação especial. De acordo com Elias (2011, p. 194), por meio das interdependências “[...] surge uma ordem sui-generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem”.

A relação entre os indivíduos nesses espaços escolares inclusivos exige um movimento que se origina e resulta na própria civilização humana. Assim, as configurações possuem uma dinâmica imanente que compreende lutas e pressões em seus diferentes níveis e formam um processo que é ao mesmo tempo canalizado pela estrutura das configurações e transformado por elas. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (ELIAS, 2011, p. 194). Apesar da possibilidade do surgimento de um novo modelo de exercício para compor o cenário da educação, em especial da educação inclusiva, não há um controle como afirma Elias (2011, p. 194):

Na verdade somos impelidos pelo curso da história humana como os passageiros de um trem desgovernado, em disparada cada vez mais rápida, sem condutor e sem o menor controle por parte dos ocupantes. Ninguém sabe aonde a viagem nos levará ou quando virá à próxima colisão, nem tão pouco o que pode ser feito para colocar o trem sob controle.

O processo civilizador apresenta aspectos não planejados, pois mesmo os indivíduos possuindo seus objetivos específicos, estes indivíduos ou grupos não possuem controle sobre os direcionamentos e consequências dos acontecimentos. Podemos assim perceber que a idéia de civilização corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária, que teve início nos primórdios do gênero humano e que não tem fim, apenas uma direção definida (LANDINI, 2007). Não há previsão dos resultados por nenhum dos envolvidos, uma vez que essas ações perpassam pelas interdependências dos indivíduos e que os mesmos são influenciados pela

sociedade. No próprio processo poderá ocorrer após um período de descontrole ou colisão, ações que retomem o percurso amistoso do processo.

Assim, na atividade colaborativa entre o professor do ensino comum e o especialista, poderão ocorrer no percurso das ações, articulações que partam de objetivos comuns, como a compreensão da necessidade conjunta de ações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos, devendo estar acessível, onde e quando necessário. Porém, pode também ocorrer por meio de elementos diferenciados e específicos. Há pontos comuns, mas não há como estabelecer controle dos mesmos. As possibilidades são múltiplas, assim como as disponibilidades.

O processo civilizador não é homogêneo nem mesmo um único acontecimento ou fenômeno único. O processo civilizador resulta de diferentes processos e fenômenos. Assim, por exemplo, na idade moderna um conjunto de transformações se deu ao mesmo tempo envolvendo muitas vezes as mesmas pessoas; reforma, industrialização, nascimento da fábrica, circulação da moeda, navegações e meios de transportes, descobertas da medicina para o controle de epidemias, o avanço das Ciências como o enfiamento, as explicações metafísicas e religiosas, o liberalismo, o nascimento da escola, a centralidade do indivíduo na vida em sociedade. O processo civilizador não tem fim. Assim, para Elias (2011, p.24),

O conceito de “civilização” referir-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário o modo como são preparados os alimentos.

Partindo desse apontamento do autor, podemos entender que a compreensão dos fenômenos sociais deve ser observada, considerando um fluxo histórico de longo percurso. Assim, ao compararmos a trajetória das políticas públicas destinadas aos estudantes, público-alvo da educação especial, é possível perceber que a presença desse público nos espaços escolares vem se alargando por meio de um conjunto de ações que vão desde as lutas familiares a lutas de outros grupos sociais. Essas lutas vão sendo constituídas historicamente, juntamente com o desenvolvimento de outras demandas e conhecimentos da sociedade. Nesse aspecto, também

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

vale considerar os elementos determinantes que marcaram a constituição dos indivíduos e dos grupos sociais em diferentes momentos do processo civilizador.

Ao procurar desenvolver uma teoria geral da civilização, Elias (2011) aponta caminhos diversos e, sobretudo, de aprofundamento das questões, numa perspectiva histórica. Para ele, compreensão sobre o referido termo estará sempre em aberto para assim ser elaborado e entendido o que realmente significa civilização. Para tanto, não importa sabê-la na perspectiva do que é mais ou menos civilizado, mas como os processos civilizadores se dão e se deram e como eles operam. Portanto, segundo Elias (2011, p. 18), “[...] serão necessárias a reflexão de muitas pessoas e a cooperação de diferentes ramos do conhecimento, hoje freqüentemente divididos por barreiras, artificiais, para que gradualmente sejam respondidas as questões aqui e levantadas.”

Para Elias (1968 apud VIANNA, 2005, p. 249), o comportamento das pessoas poderá ser melhor entendido, quando vinculado a compreensão das configurações e teias de interdependência de variados tipos como famílias, escolas, cidades e outros. No prefácio de sua obra o Processo Civilizador em 1968, Elias (apud Vianna, 2005, 249) o autor:

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderia nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo por que [...] não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si...

Nesse sentido, configura-se escola, espaço inclusivo e de dependência por natureza, a interdependência, entre os novos sujeitos surgida a partir das necessidades atuais e os que já se encontravam nesses espaços. Os objetivos da educação é a promoção humana, bem como os preceitos da inclusão. Os sujeitos, profissionais, cada um em suas diferentes funções, ou seja, em suas individualidades, devem se socializar e se constituírem interdependentes objetivando ações que favoreçam a proposta da educação e inclusão. Essa coletividade ou junção de Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

peçoas é definida por Elia (2011) como figuração. Assim, o referido teórico apresenta uma comparação do conceito de figuração:

[...] Uma rede é feita de múltiplos fios ligados entre si. No entanto, nem o conjunto desta rede, nem a forma que cada um dos diferentes fios assume se explicam a partir de apenas um destes fios, nem de todos os diferentes fios em si; eles se explicam unicamente por sua associação, sua relação entre si. [...] a forma de cada fio se modifica quando se modificam a tensão e a estrutura do conjunto da rede. E, no entanto essa rede de pesca não é nada além da reunião de diferentes fios; e ao mesmo tempo, cada fio forma, no interior do toda uma unidade em si; ele ocupa ali um lugar particular e toma uma forma específica (ELIAS, 2011, p. 70-71).

A relação entre o professor do ensino comum e o professor especialista aponta para a necessidade de atividades colaborativas. Sendo uma associação que comparada à rede, cada profissional em sua função, modifica-se assim podendo modificar toda a estrutura dos espaços escolares inclusivos. Essas mudanças, partindo do indivíduo até a sociedade, podem ocorrer, de acordo com Elias (2011, p.51), de forma em que “as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma”. Portanto, nessas relações, pode ocorrer uma legitimação de valores que delineiam processo de individualização.

Neste contexto, em que se delineiam os espaços inclusivos, em especial as figuras do professor regular e do especialista, as relações de interdependências são permeadas por tensões e conflitos surgidos no fazer das práticas. Há a necessidade de se considerar o equilíbrio do poder nessas interdependências. O poder, na perspectiva elisiana, é o motor de todas as relações humanas. Assim, o autor menciona que,

[...] o equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os estados, onde é frequentemente espetacular, atraindo grande atenção. Constituem elemento integral de todas as relações Também os partidos políticos, nas sociedades mais diferenciadas de hoje, se configuram como umas das principais cadeias organizativas de que se servem diferentes grupos com o intuito de controlar e dirigir uns aos outros (ELIAS, 2011, p. 61).

Se nas relações, o poder se faz presente, nos contextos inclusivos e na configuração com a presença da atuação do professor especialista, esse poder sofre alterações uma vez que deve ser equilibrado, pois o saber e o poder não mais se centram apenas na figura do professor do Pró-Discendente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

ensino regular, que até então dirige e controla as práticas na sala de aula. Há que se reorganizar este espaço escolar, em busca de atingir os objetivos nos processos de ensino aprendizagem. Faz-se relevante ressaltar que o equilíbrio de poder não significa necessariamente o sinônimo de igualdade de poder, pois seja “ele” grande ou pequeno em suas diferenças, seu equilíbrio está sempre presente. Para Elias (2011, p. 81), o poder é, sem sombra de dúvidas, e como fruto da interdependência, um atributo destas relações escolares.

No caso do professor comum e o especialista [...] “não se pode excluir a possibilidade de que no começo, [...], os trabalhadores já estabelecidos também tenham achado que os recém chegados seriam concorrentes em potencial [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 167). É também na relação da função que cada um deles desempenha em relação ao outro, é que está a base para a construção do equilíbrio do poder, pois a interdependência funcional, ou seja, a interdependência das funções, conduz à existência do equilíbrio necessário às relações.

Nesse sentido, para Kirschner (1999, p. 40),

O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas - de todas as relações humanas. Segundo Elias, era necessário partir da diversidade dos homens e considerar as coerções sociais, por exemplo, como coerções de muitos homens, que, devido às suas dependências recíprocas, exercem uns sobre os outros.

Comparando o grupo dos “estabelecidos” com os professores do ensino regular, visto que eles já fazem parte da figuração escolar e ter seu “poder” validado, e os professores bi-docentes podemos compará-los com o grupo de “outsiders”, por ainda estar se constituindo na figuração escolar, a partir das políticas da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Assim, esse segundo grupo, possivelmente necessita de conquistar o espaço do saber e do poder, podendo estabelecer relações que podem requerer análise, pois “as tensões entre os velhos e os novos [...] residentes antigos atribuía um valor elevado aos padrões, às normas e ao estilo de vida que eles haviam criado [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 167), sendo possível ter uma divisão que poderá produzir uma ruptura nos elos a serem estabelecidos.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

Na relação entre o professor do ensino comum e o especialista, o professor do ensino comum pode apresentar certo privilégio, no sentido de que o mesmo conheça melhor as relações do cotidiano do grupo já ali constituído, bem como as interdependências que se estabelecem no interior das configurações da instituição de ensino, sala de aula e famílias. Há uma dependência entre os indivíduos ou grupos que se encontram em formação e os que se encontram constituídos e estabelecidos. Pode-se afirmar que quem possui nível de educação mais elevada pode se sobrepor a grupos ou indivíduos com menos apropriação do saber.

Quando o diferencial de poder é suficientemente grande, um membro de um grupo estabelecido pode ser indiferente ao que os outsiders pensam dele, mas raramente ou nunca é indiferente à opinião de seus pares [...]. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 40).

E as imagens, o conceito que os pares, os professores fazem uns dos outros, influenciam diretamente nas relações, podendo gerar baixa autoestima e conflitos nas interdependências das práticas e ações a serem delineadas no espaço escolar. Porém, como a relação dos docentes, do ensino comum e especialista é interligada pela interdependência funcional, ou seja, uma função está ligada a outra, não deverá ocorrer indiferença, pois as opiniões dos membros em questão se fazem importantes e necessárias, pela dinâmica do pensar conjuntamente o eu, o nós e o eles, que são os alunos, tanto os deficientes intelectuais, como os ditos normais. Elias (1994 p. 23) afirma:

Assim cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente. São elos nas cadeias que o prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém, não menos reais e decerto não menos fortes.

“Nós dependemos todos uns dos outros.” Configuração e *homoclausus* são conceitos que não se referem a objetos que existem de modo independente, mas denotam níveis diferentes, ainda que inseparáveis, do mundo humano. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos sociedade (ELIAS, 1994, p. 23). No que tange à proposta desta pesquisa, conhecer, analisar, e discutir as inter-relações dessa Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

dependência se traduz em delinear “sociedade”, podendo assim realizar um movimento consciente da individualização para a constituição de cadeias sociais.

As configurações vão sendo constituídas num processo histórico, como ressaltamos anteriormente num movimento em

[...] que os indivíduos de uma geração, ao nascer ingressam no processo civilizador numa fase posterior, adaptando-se a um padrão de comportamento construído em todo processo social de formação da consciência e dos *habitus* sociais das gerações precedentes. Então é por meio das participações dos indivíduos nas figurações que se denomina o *habitus*. Estas participações são demarcadas por uma dinâmica social, onde as articulações se relacionam de maneira macro e micro, ou seja, indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994, p. 24).

Segundo Honorato [s.d.] na teoria de Norbert Elias o conceito de *habitus* social pode ser entendido como uma ‘segunda natureza’, ou ainda, como um automatismo humano que se desenvolve num constante movimento emaranhando social e individual. Assim, os controles sociais são lentamente condicionados e incorporados pelos indivíduos desde a tenra idade, aumentando a auto-regulação automática das paixões – um autocontrole mais complexo, diferenciado e estável. O *habitus* ocorre no mesmo ritmo e paralelo ao processo civilizador, uma vez que a relação do indivíduo com a sociedade imprime uma inter-relação da individualidade, como única e também construtora da estrutura social e vice versa. Não há assim separação entre indivíduo e sociedade.

O *habitus* muda com tempo exatamente porque as fortunas e as experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se, assim como vem ocorrendo em relação às políticas destinadas à educação especial. Na política de colaboração do professor auxiliar e o professor do ensino comum adotada no município de São Mateus/ES, o *habitus* constitui-se numa adaptação, criação e re-criação de concepções e práticas conscientes. Esse movimento possui como base ou como referência a herança social já construída sobre as políticas, práticas e relações destinadas à educação inclusiva, podendo também ocorrer grandes possibilidades de sucessos e insucessos, uma vez que há de se considerar as oportunidades no mesmo espaço social. A liberdade de escolha é compatível

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

com os riscos, podendo se converter em *habitus*, assim, a necessidade e ideal poderão serem avaliados, tanto positivo, quanto negativo.

### 3 CONSIDERAÇÕES

As reflexões decorrentes do estudo sobre as inter-relações entre o trabalho colaborativo do professor do ensino comum e o especialista, possibilitaram-nos observar que há um número considerável de iniciativas em favor das políticas inclusivas. Essas iniciativas podem justificar a pertinência da inclusão escolar e social na atualidade. Também evidencia as interdependências como aspecto relevante em favor do combate às desigualdades e exclusão. Nesse movimento de colaboração, faz-se relevante também analisar e ponderar sobre as influências dos comportamentos que se estabelecem nas inter-relações. Articulá-los de maneira produtiva, é potencializar o compromisso educacional com a inclusão.

No processo de constituição de espaços inclusivos que conta com a colaboração do professor especialista poderão ocorrer movimentos complexos, individuais e generalizados, que aos poucos por meio das inter-relações ali estabelecidas possibilitarão mudanças e novos movimentos. Esses movimentos recriarão novos espaços sociais, sendo grandes as possibilidades de sucessos, quando observadas a existência da oportunidade de construção de elos a benefício das políticas de inclusão, bem como dos estudantes público-alvo destas políticas.

A atenção que Elias dispensa a análise das inter-relações entre os indivíduos e a concepção de sociedade como uma composição de todos nós, sendo cada um de nós um ser entre os outros, em muito pode oferecer contribuição nos estudos quanto a análise e compreensão de alguns aspectos das inter-relações nos espaços inclusivos escolares que contam com a atuação bi-docente. Assim, fundamentamo-nos nos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada no conjunto das obras do referido autor. Dessas elaborações elisianas, consideramos bastante promissoras tomar os conceitos e noções de processo civilizador, equilíbrio de poder, figurações sociais e *habitus*.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

O acesso das populações a conhecimentos mais amplos relativos à educabilidade dos sujeitos com deficiência redimensiona o equilíbrio de poder nas figurações sociais. A constituição das classes que contam com a atuação do professor especialista parece evidenciar aspectos desse processo, onde dilemas e tensões podem emergir, pois essa ação política coloca em movimento a necessidade de recompor lugares e significados para o saber docente, o que viabiliza especial destaque para as possíveis evidências de uma forma muito peculiar de controle (e de recreação) das emoções que desafia nossas crenças e perspectivas escolares/escolarizadas nesse momento do processo civilizado.

Ao retomar, portanto, a questão que orientou esta investigação (analisar as inter-relações entre professor do ensino comum e professor especialista e suas interdependências em um contexto de escolarização de estudantes em situação de deficiência intelectual, considerando a política educacional implementada no município de São Mateus E/S), podemos vislumbrar alguns apontamentos e/ou caminhos das inter-relações num contexto escolar inclusivo. De acordo com as análises que realizamos, os profissionais, tanto a professora do ensino comum, quanto à professora especialista encontram-se numa dinâmica em que as ações ocorrem muito mais no âmbito individual, marcado por restritas iniciativas de constituir um movimento de (re) criação de oportunidades para construção de elos e práticas em benefício da escola como inclusiva.

Tivemos a percepção de que no contexto do trabalho colaborativo, oritual de ensinar e aprender entra em movimento balizado, em grande medida, pelo sentimento de embaraço e de vergonha compartilhado pelos diferentes sujeitos e grupos envolvidos nos processos de escolarização de pessoas com deficiência intelectual.

As reflexões que constam neste texto objetivam contribuir um pouco sobre as condições e possibilidades da educação, com ênfase para a educação inclusiva, pois acreditamos que a atividade colaborativa pode repercutir positivamente na consecução de práticas pedagógicas e contribuir no processo de constituição de saberes docentes mais qualificados às demandas da escolarização de estudantes com deficiência intelectual e que este estudo poderá contribuir para reflexões e avanços acerca dessa prática da educação inclusiva.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

A teoria sociológica formulada por Elias concebe sua tarefa como a de analisar como ocorrem os processos sociais. Esses processos estão interligados nas atividades e/ou funções dos indivíduos que, por meio de suas necessidades, vinculam-se uns para com os outros, para que assim se fortaleçam em diferentes maneiras em prol de objetivos comuns e desejados. Assim, podemos supor que a atividade colaborativa realizada entre o professor de ensino comum e o auxiliar pode incidir em ampliar e fortalecer as redes de interdependência dos sujeitos da educação especial nos municípios que se encontram implementando uma política de educação especial, que contam com novas funções e profissionais.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Programa de educação inclusiva: Direito à diversidade.** A fundação filosófica. VI. Brasília: Ministério da Educação Especial, 2004.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HONORATO, Tony. **Individualização e Internalização Segundo Norbert Elias e Lev Semenovich Vigotski.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anas8/artigos/TonyHonorato.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

JESUS, D. M. **O que impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas?** In: BATISTA. CR; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D. M de. (org.). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Editora mediação, 2008.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.

JESUS, Denise Meyrelles; VIEIRA, Alexandro Braga; EFFGEN Ariadna Pereira Siqueira; **Pesquisa-Ação colaborativo-crítica**: em busca de uma epistemologia. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2014.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Lembrando Norbert Elias. **Textos de História**, v. 7, n. 1/2, 1999.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Jogos Habituais**: Sobre a noção de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Campinas, 2007.

LIMA, Maria de Fátima Farias de. **Civilização e os modos à mesa**: relações entre espaços de consumo alimentar e o processo civilizador. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. 2009. Disponível em <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W\\_Lima1.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W_Lima1.pdf)> Acesso em: 14 jul. 2014.

MICHAELIS LÍNGUA PORTUGUESA. **Dicionário Escolar**: Nova Ortografia. Melhoramentos. 2008.

MINI DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Dicionário Escolar**: Nova Ortografia. Positivo, 2009.

PERRENOUD, Ph. **A pedagogia na escola das diferenças**: Fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, Luis Carlos (Org.). **Sociedade em transformação**, São Paulo: Unesp, Brasília: Enap, 1999.

VIANNA, Alexander Martins. A Atualidade Teórica de Norbert Elias para as Ciências sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, nº. 49, jun.2005.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2015.